



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**EXPRESSÕES DE RESILIÊNCIA OCULTA EM ADOLESCENTES VÍTIMAS DE
EXPLORAÇÃO SEXUAL**

(HIDDEN RESILIENCE IN THE LIVES OF ADOLESCENTS EXPOSED TO SEXUAL EXPLOITATION)

Carolina Serrati Moreno

Orientador: Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa.

São Carlos - SP

Abril de 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**EXPRESSÕES DE RESILIÊNCIA OCULTA EM ADOLESCENTES VÍTIMAS DE
EXPLORAÇÃO SEXUAL**

(HIDDEN RESILIENCE IN THE LIVES OF ADOLESCENTS EXPOSED TO SEXUAL EXPLOITATION)

Carolina Serrati Moreno

Monografia apresentada ao curso de Psicologia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), nº do processo: 2019/15248-4.

São Carlos - SP

Abril de 2022

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
CAPÍTULO 1:.....	5
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL E VIOLÊNCIA.....	5
1.1 EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	5
1.1.1 Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Aspectos conceituais e implicações psicológicas.....	6
1.1.2 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA).....	8
1.2 CONCEITUANDO RESILIÊNCIA ENQUANTO UM PROCESSO PSICOLÓGICO.....	14
1.2.1 Resiliência e suas polissemias.....	14
1.2.2 Resiliência Oculta no Contexto de Adolescentes Exploradas Sexualmente.....	17
OBJETIVOS GERAIS.....	20
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA.....	21
2.1 Instituição e participantes.....	22
2.2 Instrumentos.....	24
2.3 Procedimentos e realizações no período.....	25
2.4 Análise dos dados.....	27
CAPÍTULO 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ADOLESCENTES.....	28
3.1.1 Caso 1: Margarida, 18 anos (acompanhada pela Assistente Social);.....	28
3.1.2 Caso 2: Rosa, 16 anos (acompanhada pela Terapeuta Ocupacional).....	29
3.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
3.2.1 Relacionamento com a mãe.....	31
3.2.2 Dimensão Afetivo-Sexual e Corporeidade.....	36
3.2.3 Abuso de Substância e Dependência Química.....	40
3.2.4 Repercussões da Exploração Sexual na Saúde Mental.....	45
CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	55
APÊNDICES.....	62

RESUMO

Dada a complexidade do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes, é importante que as diversas ciências se engajem no enfrentamento e na compreensão dos mecanismos que corroboram para a perpetuação dessa prática.

Similarmente, entende-se necessário o investimento da comunidade científica em relação à identificação dos fatores de proteção e dos processos de resiliência presentes na vida das vítimas submetidas ao mercado exploratório e degradante da indústria sexual. Nesta pesquisa partiu-se da hipótese que adolescentes em situação de exploração sexual, por não acessarem programas eficientes e por serem provenientes de contextos extremamente adversos, podem recorrer à exploração sexual como estratégia de assegurar saúde mental e positividade pessoal. Em outros termos, por estarem numa condição de subalternidade e abandono social, extraem recursos sociais e psicológicos da exploração sexual para o acionamento de processos de resiliência não convencionais. Com base nesses argumentos, o objetivo geral deste estudo foi verificar a manifestação de processos de resiliência oculta com adolescentes com histórico de envolvimento em situações de exploração sexual. A pesquisa foi qualitativa, em período transversal e a partir da modalidade de estudo de casos múltiplos. O trabalho de campo foi realizado com duas adolescentes, do sexo feminino, que foram vítimas de exploração sexual, bem como duas profissionais que as atendiam em serviços de média e alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Utilizou-se dois roteiros de entrevistas semiestruturadas. Todos os diálogos que emergirem no trabalho de campo foram gravados em aparelho digital e, posteriormente, submetidos ao processo de transcrição na íntegra. A interpretação dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo. Os dados obtidos foram divididos em quatro categorias, sendo elas: “Relacionamento com a Mãe”, “Dimensão Afetivo-Sexual e Corporeidade”, “Abuso de Substância e Dependência Química” e “Repercussões da Exploração Sexual e Vulnerabilidade Social na Saúde Mental”. Tais categorias refutaram as hipóteses iniciais da investigação. Sumariamente, não foi evidenciado nos dados que as adolescentes extraíram da exploração sexual recursos que favoreceram o desenvolvimento. Pelo contrário, a pesquisa revelou exposição a inúmeros fatores de risco associados à exploração sexual, sendo que o recrutamento delas nessa rede exploratória intensificou a vulnerabilidade das participantes e, de certa forma, afetou a saúde mental das adolescentes. Este relatório apresenta as principais implicações do estudo empírico, descreve as limitações e aponta para novas questões investigativas que podem surgir a partir do presente estudo.

Palavras-Chave: *Exploração sexual; Resiliência Oculta; Resiliência; Fatores de Proteção; Adolescência.*

CAPÍTULO 1:

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL E VIOLÊNCIA

1.1 EXPLORAÇÃO SEXUAL

1.1.1 Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Aspectos conceituais e implicações psicológicas

A violência, compreendida enquanto uma expressão da questão social, portanto, resultante dos processos de desigualdade decorrentes do sistema capitalista (PAIVA *et al.*, 2014), é um fenômeno complexo e multifacetado (JIMENEZ; FRASSETO, 2015). Sumariamente, a violência pode ser conceituada como o uso da força, seja ela física ou como imposição de poder, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo, e pode resultar em dano psicológico, físico, privação e até mesmo a morte (OMS, 2002).

As crianças e os adolescentes são os segmentos afetados com maior frequência pela violência (AZEVEDO; AMORIN; ALBERTO, 2017; PFEIFFER; ROSÁRIO; CAT, 2011). Essa prática pode ser definida como toda ação ou omissão – provocada por pessoa de maturidade física e psicológica mais avançada – que venha a lhes provocar qualquer forma de dor ou sofrimento psíquico (PFEIFFER; ROSÁRIO; CAT, 2011). Isso ocorre justamente porque uma das características marcantes da violência é o exercício do poder e controle que uma pessoa tem em relação à outra, ou seja, uma hierarquização nas relações (ARAÚJO, 2002). Tais assimetrias ocorrem no modelo de sociedade adultocêntrica (CARRILLO, 2015), que colocam crianças e adolescentes numa condição de subalternidade e inferioridade quanto aos adultos.

A violência contra crianças e adolescentes pode ser tipificada e descrita a partir de 4 (quatro) modalidades: 1) *Violência sexual*: na qual o agressor obriga a vítima a presenciar ou ter condutas de cunho sexual, seja contra a própria vítima ou contra outra pessoa, envolvendo ameaças, força física, uso de armas, entre outras coisas; 2) *Violência Física*: utilização de força para ferir e provocar dor; 3) *Violência Psicológica*: ações que colocam em risco o desenvolvimento da criança ou adolescente, manifestando-se por meio de rejeição, desrespeito ou para atender

as necessidades psíquicas do agressor; 4) *Negligência e abandono*: omissão dos cuidados e necessidades básicas para que a pessoa se desenvolva física, emocional e socialmente (GAWRYSZEWSKI *et al.*, 2012).

Os documentos oficiais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), pontuam que é dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar, com absoluta prioridade, os direitos de crianças e adolescentes, inclusive em relação à manifestação da violência. Mesmo assim, os adolescentes se tornam um grupo extremamente vitimizado. Isso se deve pela estigmatização de pessoas nessa faixa etária que, geralmente, são vistas pela sociedade como já capazes de responder pelas suas ações – e, por isso, são culpabilizadas pela violência que sofrem. Isso fica mais evidente para adolescentes expostos à vulnerabilidade social e que residem em territórios de extrema pobreza (AZEVEDO; AMORIN; ALBERTO, 2017; JIMENEZ; FRASSETO, 2015).

Apesar da existência de múltiplas formas de violação dos direitos de adolescentes, a ênfase desse projeto foi para a violência sexual, mais especificamente para a exploração sexual. O Brasil é tido como referência internacional no combate a esta forma perversa de violação dos direitos. Ainda assim, existem inúmeros desafios para que essa realidade seja alterada substancialmente.

A violência sexual contra adolescentes é considerada a violação dos direitos e da dignidade de uma pessoa, com o uso inadequado de poder estabelecido com a vítima (BECKETT; SCHUBOTZ, 2014; RICARDO; BAKER, 2008; PESSOA, 2017). Refere-se a qualquer ato sexual feito por um adulto ou pessoa em estágio psicosssexual mais avançado, tendo como objetivo obter satisfação através do uso do corpo de uma criança ou adolescente (HABIGZANG; RAMOS; KOLLER, 2011; MCELVANEY; GREENE; HOGAN, 2011; PESSOA, 2017). Dados do Relatório de

Monitoramento do País sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes do ECPAT, de 2017, mostram que foram notificados 32.296 casos de violência sexual nos programas do CREAS (Centro de Referências de Assistência Social) e PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos). Destes, 29.002 dos casos referiam-se a casos de abuso sexual e 3.294 situações que se constituíam como exploração sexual. A Figura 1 sintetiza essas informações e mostra a distribuição dos casos levando em consideração a faixa etária das vítimas:

Figura 1: Quantidade de casos de Violência Sexual notificados em 2017 no PAEFI ou CREAS RMA/CREAS, 2016.

Dados PAEFI/CREAS	Masculino 0 a 12 anos	Masculino 13 a 17 anos	Feminino 0 a 12 anos	Feminino 13 a 17 anos	TOTAL
Abuso sexual	5.225	1.569	14.142	8.066	29.002
Exploração sexual	422	358	1.049	1.465	3.294

Fonte: Relatório de Monitoramento de País sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes do ECPAT (2017).

1.1.2 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA)

A exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) representa uma das piores formas de violação humana e uma violação fundamental dos direitos da população infanto-juvenil. Pode ser definida como uma relação de mercantilização e abuso do corpo de crianças e adolescentes por exploradores sexuais, que se

aproveitam da sua relação de poder desigual com as vítimas em termos econômicos, cognitivos e psicossociais (CERQUEIRA-SANTOS, SOUSA, 2015; BARNITZ, 2005; FALEIROS, 2004). Trata-se, portanto, de um ato criminoso, pautado na desigualdade de poder e na violação do corpo de meninas e meninos que são amplamente utilizados como mercadorias do comércio sexual (VEGA; PALUDO, 2015; PALUDO; FERREIRA; VEGA, 2017).

Leal (1999) sugeriu quatro modalidades para descrever as práticas de exploração, a saber: tráfico para fins sexuais, pornografia infanto-juvenil, prostituição na infância e na adolescência e o turismo sexual. Libório (2004, p. 24) acrescentou que “as quatro modalidades de exploração sexual se encontram inter-relacionadas, e influenciam-se mutuamente, formando, às vezes, um círculo vicioso difícil de ser quebrado”.

Esses termos têm gerado diversos debates, tanto no campo jurídico quanto das políticas sociais de enfrentamento a este fenômeno. A expressão prostituição, por exemplo, traz uma dimensão de escolha da venda do corpo em um mercado de trabalho, como no caso de mulheres e homens adultos. Assim, alguns autores pontuam que o uso da expressão prostituição para se referir ao mercado sexual que atinge crianças e adolescentes descaracterizam a relação de violência, exploração e poder exercida pelo adulto (CERQUEIRA-SANTOS; MORAIS; MOURA; KOLLER, 2008; FALEIROS, 2000; PALUDO; FERREIRA; VEGA, 2017). O mesmo raciocínio se aplica ao turismo sexual, que não deveria ser associado à prática do “turismo”, e sim a um ato criminoso. Cruz (2009) sugere a utilização do termo “exploração sexual no contexto do turismo”, bem como o uso de “adolescentes prostituídas” ou “exploradas sexualmente através da prostituição”, pois, dessa forma, estaria evidenciando a condição da vítima.

A definição das modalidades da exploração sexual pode, portanto, ser feita de acordo com as características que se associam à comercialização do corpo da criança e adolescente. Uma descrição pormenorizada destas categorias explicativas foi apresentada no I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial, que ocorreu no ano de 1996, em Estocolmo.

Mello e Franceschini (2010) sumarizaram as 4 categorias da exploração sexual da seguinte forma: 1) *Prostituição*: atividade em que atos sexuais envolvendo crianças e adolescentes são trocados por pagamento, favores ou benefícios; 2) *Tráfico e venda de pessoas para fins sexuais*: movimento clandestino e ilícito de crianças e adolescentes por meio de fronteiras nacionais e internacionais, forçando principalmente mulheres e adolescentes a entrarem em situações sexualmente ou economicamente opressoras e exploradoras; 3) *Pornografia*: produção ou socialização de fotos, vídeos, revistas, internet, entre outros, de crianças ou adolescentes envolvidos em atos sexuais explícitos, simuladas ou reais, com a finalidade de oferecer gratificações sexuais aos consumidores destes materiais; 4) *Turismo Sexual*: exploração sexual comercial de crianças e adolescentes por pessoas que saem de suas cidades, regiões ou países, em busca de atos/satisfações sexuais através da exploração de crianças e adolescentes.

Vários estudos nacionais e internacionais buscaram compreender os aspectos centrais para a origem e manutenção da exploração sexual de crianças e adolescentes. Para isso é necessário discutir o conceito de fatores de risco. Segundo Reppold *et al* (2002), os fatores de risco são condições ou variáveis associadas à alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis em termos do desenvolvimento humano. Dentre tais fatores encontram-se os acontecimentos que

podem comprometer a saúde, o bem-estar ou o desempenho social do indivíduo, tornando assim os mesmos vulneráveis.

Desta forma, a vulnerabilidade pode ser descrita como a relação entre o indivíduo e a sua suscetibilidade frente às adversidades da vida, havendo variações na sensibilidade da criança referente aos riscos enfrentados, dependendo da inter-relação com os fatores protetivos (LIBÓRIO, 2005). No que se refere à exploração sexual, de crianças e adolescentes, algumas variáveis individuais e sociais que se associam a fatores de risco foram identificadas na literatura, entre elas: exposição à extrema pobreza; violência sofrida dentro de casa, nas suas diferentes expressões; o rompimento (temporário ou duradouro) dos vínculos familiares significativos em uma idade precoce; saída dos lares para as ruas; exposição a comunidades violentas; consumo abusivo de substâncias psicoativas; desejo de consumo; ausência de políticas públicas (LIBÓRIO, 2005; VEGA, PALUDO, 2015).

Segundo Pessoa (2017), no Brasil, mesmo havendo a incidência das quatro modalidades em todas as regiões do país, o fenômeno segue um movimento dinâmico, acompanhando a situação econômica, política, cultural e social que acaba refletida nas peculiaridades de cada localidade. Assim, a exploração sexual agrava-se devido à estrutura da sociedade, produtora de várias formas de exclusão social, como as desigualdades sociais, culturais, de gênero e raça/etnia, que trazem como consequência alterações na qualidade de vida material (condições de sobrevivência) e nos relacionamentos interpessoais, que se dão tanto em âmbito intra como extrafamiliar (LIBÓRIO, 2005; LIBÓRIO; SOUZA, 2004).

Estimativas apontam que mais de dois milhões de crianças são vítimas das diferentes formas de exploração sexual no mundo. Essas formas incluem principalmente: redes de prostituição, pornografia, tráfico sexual e turismo sexual

(CERQUEIRA-SANTOS, SOUSA, 2015; BARNITZ, 2005). No Brasil, os dados sobre a exploração sexual ainda são incertos e, segundo o Serviço Nacional do Disque Direitos Humanos (Disque-100), 7 em cada 100 casos de exploração sexual de crianças e adolescentes são notificados (ECPAT, 2017)

A maior parte dos dados do território nacional são do Disque-100. Em 2011, foram divulgadas informações que indicaram que no período de 2005 a 2010 foram registradas 25.175 denúncias relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes (BRASIL, 2011). O mesmo relatório reportou, de 2003 a 2010, os números específicos de denúncias de ESCA nas capitais brasileiras, sendo 1.143 nas capitais da região Norte; 3.491 na região Nordeste; 707 na região Centro-Oeste; 1.702 no Sudeste e 695 na região Sul (DESLANDES, CAMPOS, 2015; BRASIL, 2011). Já em 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos divulgou que em 2018, o Disque 100 recebeu 3.675 denúncias sobre exploração sexual de menores (CRUZ, 2019).

Apesar do alto número de casos no Brasil, que poderiam significar um descaso com o cenário atual, a luta contra a ESCA no país se consolidou e foi fortalecida a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que trouxe os princípios da proteção integral dos direitos da criança e adolescente, que foram fortalecidas posteriormente com a promulgação da Lei Federal 8.069/1990, conhecido como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA se tornou o principal instrumento legal que trata dos direitos das crianças e adolescentes, e assim, os reconhecendo como sujeitos de direitos, estabelecendo todo um sistema de garantia de direitos e de sua proteção integral e integrada (SILVA; ALBERTO, 2016).

Além do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 2000 foi aprovado, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Plano

Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013b), que como já bem ilustrado no título, busca o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes a partir de seis eixos de ações: *Análise da Situação*: conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes; *Mobilização e Articulação*: fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; *Defesa e Responsabilização*: atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados; *Atendimento*: garantir o atendimento especializado, em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência e às suas famílias; *Prevenção*: assegurar ações preventivas contra violência sexual; e *Protagonismo Infanto-juvenil*: promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos (BRASIL, 2013b). No ano de 2013 o plano passou por revisões, tornando-o mais atual e alinhado com as mudanças do próprio mercado exploratório.

Já no ano de 2009, ocorreu a aprovação da Lei 12.015, que dispõe sobre crimes hediondos focado em crimes contra a dignidade e liberdade sexual. Dois importantes temas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes são apresentados nos capítulos II e V: o primeiro, aborda os crimes sexuais contra vulneráveis; já o segundo trata, especificamente, de lenocínio e tráfico de pessoas para fim de exploração sexual (BRASIL, 2009).

Todos esses documentos citados anteriormente buscam organizar metas e planos de ações que busquem a prevenção, atendimento e combate da Violência Sexual e, mais especificamente, da Exploração Sexual de crianças e adolescentes. Para essas ações se materializem diferentes esferas são necessárias, como:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Promotoria, Delegacia, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Instituições e Programas Governamentais e Não Governamentais, Lideranças Comunitárias e/ou Agentes Comunitários de Saúde, Lideranças de Movimentos Sociais (VEGA; PALUDO, 2015). Além disso, são necessários profissionais capacitados e preparados para um atendimento de qualidade, que busquem seguir os princípios éticos e políticos que mobilizem ações de luta. Assim, é possível buscar devolver qualidade de vida para as crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual (VEGA; PALUDO, 2015),

Dada a complexidade do fenômeno da exploração sexual, é importante que as diversas ciências, dentre essas a psicológica, se engajem no enfrentamento e na compreensão dos mecanismos que corroboram para a sua perpetuação. Uma das alternativas de investigar esse tema é a partir da análise consistente dos fatores de risco que se associam à exploração, o que, de certa forma, já foi realizado por diversos estudiosos (LEAL, 1999; MELLO; FRANCISCHINI, 2010). Todavia, pouco é conhecido sobre os fatores de proteção, bem como os processos de resiliência presentes na vida das vítimas desse mercado exploratório e degradante.

1.2 CONCEITUANDO RESILIÊNCIA ENQUANTO UM PROCESSO PSICOLÓGICO

1.2.1 Resiliência e suas polissemias

Resiliência é um conceito muito usado na psicologia nas últimas décadas, embora existam diferentes definições sobre este processo, especialmente em função das diferentes bases epistemológicas que sustentam a psicologia. Considerado um dos estudos pioneiros nessa área, na década de 1970 os pesquisadores Murphy e Moriarty (1976) desenvolveram uma investigação na qual analisaram adaptações positivas em crianças que estavam expostas a múltiplos fatores de risco e, portanto,

mais suscetíveis ao desenvolvimento de psicopatologias (COLLETTE; UNGAR, 2020), Alguns autores apontam que este foi o primeiro estudo a recorrer ao conceito de resiliência, embora não haja uma posição consensual sobre este assunto.

De acordo com Ungar (2004), o modelo positivista de ciência teve como desdobramento um enfoque no indivíduo e nas suas características, sendo, deste paradigma, um fenômeno descrito como a habilidade exclusivamente individual de se recuperar após ser exposto a um estresse agudo ou crônico (UNGAR, 2004). Atualmente, muitas críticas são feitas a essa visão, justamente pelo foco exacerbado na esfera individual, como se a resiliência fosse uma característica intrínseca, que apenas algumas pessoas desenvolveriam ativamente. Nesse viés explicativo, a resiliência seria uma manifestação de marcadores biológicos, hereditários e dependentes exclusivamente de características e atributos dos indivíduos, taxados como “resilientes” (PINHEIRO, 2004).

A partir da década de 1980, a visão sobre a resiliência já se concentrava em fatores sociais e ambientais que atuavam como fatores protetivos e que promoviam resiliência (COLLETTE, UNGAR, 2020). Uma contribuição significativa para este campo foi, sem dúvidas, a compreensão do desenvolvimento humano (e das características psicológicas adaptativas) a partir de teorias sistêmicas e ecológicas, como a proposta por Urie Bronfenbrenner.

Com o decorrer do tempo e com a presença de mais estudos com foco na resiliência, conceitos mais específicos e com uma visão sócio-ecológica foram sendo desenvolvidos por diferentes autores. Nesta pesquisa entende-se resiliência como a capacidade psicológica dos indivíduos lidarem com as adversidades de suas vidas e de acessar recursos para manter o seu bem-estar, positividade pessoal e saúde mental (PESSOA *et al.*, 2018; LIBÓRIO; UNGAR, 2010).

Desta forma, argumenta-se que não se trata de uma característica inata, mas do resultado final da interação entre os fatores de risco e proteção presentes no ambiente e nas comunidades. Para Ungar *et al.* (2008), resiliência é a capacidade dos indivíduos navegarem por recursos que mantêm o bem-estar, mesmo diante de infortúnios da vida.

Pessoa (2017), em um estudo sobre fatores de proteção associados ao contexto escolar de adolescentes vítimas de abuso sexual, descreveu resiliência como um processo dinâmico que envolve a capacidade do indivíduo em lidar positivamente com adversidade e a capacidade da comunidade de prover fontes e recursos significativos para a superação de eventos traumáticos que ameaçam o bem-estar das pessoas. Tal definição se assemelha a definição apresentada em estudos conduzidos em âmbito nacional (SAPIENZA; PEDROMONICO, 2005; KOLLER, 2004; YUNES, 2003; YUNES; SZYMANSK, 2001) e internacional (UNGAR; LIEBENBERG, 2011).

Ungar e Liebenberg (2011), problematizaram que a visão de resiliência, durante muito tempo, ficou centrada numa perspectiva ocidentalizada e que não se discutia, nesse campo teórico, fatores culturais e comunitários que poderiam se associar ao fortalecimento subjetivo.

Os pesquisadores supracitados notaram a presença de sete temas relevantes e que eram comuns para o desenvolvimento de resiliência e bem estar em diferentes contextos e comunidades: 1) Acesso a Recursos Naturais: se refere a possibilidade de acesso a estruturas que oferecem assistência material, incluindo alimentação, roupas, entre outros; 2) Experiências de Justiça Social: vivências que demonstram a capacidade individual ou social de reivindicar seus direitos; 3) Acesso a Relacionamentos Interpessoais que Oferecem Apoio: relacionamentos interpessoais

significativos que ofereçam experiências positivas, como de amor e suporte emocional; 4) Desenvolvimento de uma Identidade Pessoal Fortalecida: formação da identidade através de interações em espaços discursivos mútuos; 5) Experiências de Senso e Coesão com Outros: estabelecimento de uma relação balanceada entre o senso pessoal de responsabilidade com o dever e compromisso com a comunidade; 6) Experiências de Poder e Controle Pessoal: autoconfiança do adolescente e capacidade de tomar conta de si próprio e controle; 7) e, por fim, Aderência Cultural: Capacidade de aderir a normas culturais, crenças e valores da sua comunidade (LIBÓRIO; UNGAR, 2010).

1.2.2 Resiliência Oculta no Contexto de Adolescentes Exploradas Sexualmente

Com esse enfoque nos elementos culturais promotores de resiliência, Ungar, a partir de suas pesquisas e principalmente após a defesa de sua tese de doutorado (1995), cujo objetivo foi estudar a relação entre as experiências de empoderamento e saúde mental entre adolescentes que haviam passado por atendimento nas áreas de saúde mental, sistema de proteção à infância e sistema judiciário, desenvolveu o termo *hidden resilience* (traduzido para o português por Libório e Ungar (2010) como resiliência oculta) (UNGAR, 2004), que foi descrito, inicialmente, nas seguintes situações:

Adolescentes rotulados como problemáticos aumentam seu *status* de saúde através de empoderamento pessoal e social associado a comportamentos antissociais, tais como uso de álcool e drogas, atividade sexual precoce, morar na rua, uso de armas, vadiagem, envolvimento em comportamentos criminosos e até mesmo nas tentativas de suicídio (UNGAR, 2001, p. 138, tradução nossa).

Em outras palavras, Ungar (2004) passou a descrever processos de desenvolvimento saudável, manutenção de saúde mental e processos de resiliência em atividades não convencionais, consideradas socialmente como perigosas e problemáticas (associadas, por exemplo, à vinculação a gangs, uso de drogas, trabalho infantil, agressividade, bullying, abandono escolar). Isso significa, de acordo com o autor, que tais condutas poderiam ser relacionadas ao fortalecimento de identidade e acesso a experiências de resiliência não convencionais (LIBÓRIO; UNGAR, 2010).

O conceito de resiliência oculta inaugurou, nas ciências psicológicas, temas e hipóteses sobre o fenômeno da resiliência ainda inexplorados. A resiliência oculta refere-se, portanto, a manifestações plurais, inesperadas e alternativas a processos desenvolvimentais normativos (PESSOA, 2015). Tratam-se de trajetórias de sobrevivência que, *a priori*, não seriam avaliadas como recursos ou situações que favorecem saúde mental (LIBÓRIO; UNGAR, 2010). Todavia, por intermédio de uma análise aprofundada, percebe-se que, na ausência de recursos convencionais, adolescentes podem recorrer a comportamentos tidos socialmente como inapropriados para assegurar bem-estar e positividade pessoal (PESSOA *et al.*, 2018).

A partir dessa compressão de resiliência oculta, é possível a condução de estudos com populações expostas a fatores de risco ou que estejam engajadas em atividades consideradas como ilícitas ou inadequadas, como ato infracional, indisciplina na escola e com histórico de envolvimento na exploração sexual (PESSOA, 2015). Todas estas situações podem trazer elementos que expliquem, ainda que parcialmente, a manifestação de fatores de proteção e estratégias alternativas de promoção de resiliência na adolescência.

Em pesquisa realizada por Pessoa (2015) com adolescentes com histórico de envolvimento com tráfico de drogas no contexto brasileiro, ficou constatada a manifestação de processos de resiliência oculta com a população recrutada para o estudo. O autor chama atenção para o fato de que esse fenômeno, por hipótese, poderia se estender a outras populações, como a de adolescentes envolvidos com exploração sexual:

Por conta do intenso trabalho de campo que foi realizado nesse período, vários aspectos nos chamavam atenção nesse grupo de adolescentes (expostas à exploração sexual). Em conversas informais, ou mesmo acompanhado as atividades pedagógicas que eram ofertadas na instituição, as adolescentes demonstravam, através de comportamentos e atitudes, estratégias de enfrentamento e intimidação das pessoas por meio dos conteúdos relacionados à própria sexualidade [...] Associamos, hipoteticamente, que as adolescentes expostas à exploração sexual pudessem expressar essas mesmas estratégias [para manifestação de resiliência oculta]. Frente à sociedade que as rotula, o processo que elas criaram era assumir o estigma e usá-lo como forma de afrontar, ou mesmo amedrontar as pessoas, especialmente desconhecidos e aqueles que, imaginariamente ou objetivamente, representassem perigo ou desconforto a elas (PESSOA, 2015, p. 24-25).

A partir das indicações da literatura sobre o tema, bem como da escassez de pesquisas que unissem os temas fatores de proteção e estratégias de resiliência com adolescentes vítimas de exploração sexual, notou-se a necessidade de realizar um estudo com essa temática e de averiguar a manifestação de resiliência oculta nessa população. Tem-se, portanto, como hipótese dessa pesquisa, que adolescentes em

situação de exploração sexual, por não acessarem programas eficientes e por serem provenientes de contextos extremamente adversos, recorrem à exploração sexual como estratégia de assegurar saúde mental e positividade pessoal. Em outros termos, por estarem numa condição de subalternidade e abandono social, extraem recursos sociais e psicológicos da exploração sexual para a promoção da resiliência.

OBJETIVOS GERAIS

- Verificar a manifestação de processos de resiliência oculta com adolescentes com histórico de envolvimento em situações de exploração sexual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar os fatores de risco que estão associados à exploração sexual, levando em consideração a inserção das adolescentes nessa atividade.
- Avaliar os fatores de proteção que podem ser favorecedores de processos de resiliência.
- Verificar, no relato de adolescentes em situação de exploração sexual, a manifestação de processos de resiliência oculta.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

A pesquisa foi fundamentada na abordagem qualitativa, com delineamento transversal e a partir da modalidade de estudos de casos múltiplos (YIN, 2011).

A escolha da abordagem qualitativa foi baseada nas quatro bases teóricas apresentadas por Flick, von Kardorff e Steinke (2000): a) a realidade social

é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições “objetivas” de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa

2.1 Instituição e participantes

A pesquisa foi realizada com duas adolescentes, do gênero feminino¹, que foram encaminhadas ao CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e ao Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, de um município de porte médio do interior do estado de São Paulo, por terem sido identificadas em situação de exploração sexual. Embora não estava previsto na versão original do projeto, foram realizadas também entrevistas com duas profissionais das instituições nas quais as adolescentes eram acompanhadas. A ampliação das fontes de investigação está em consonância com os pressupostos definidos por Yin (2011) para a condução de estudos de casos múltiplos.

A definição do número de participante, relativamente pequeno, ocorreu de forma intencional, tendo em vista a dificuldade de acesso a esta população, a complexidade do contexto de suas vidas (o que exigiu da pesquisadora intenso envolvimento no trabalho de campo) e por se tratar de um projeto de iniciação científica (o que coloca limitações em relação ao tempo de execução da proposta). Além disso, é importante salientar que a previsão de adolescentes participantes previstas inicialmente (n = 4)

¹ A pesquisa será feita exclusivamente com adolescentes do gênero feminino, pois os pesquisadores têm a intenção de testar as hipóteses do trabalho – que se relacionam com a expressão de resiliência oculta - com este gênero. Estudos precedentes de resiliência oculta (PESSOA, 2015; PESSOA *et al.*, 2018) já foram realizados com exclusivamente adolescentes do gênero masculino.

não foi possível de ser atendida, tendo em vista as dificuldades e limitações impostas pela pandemia do COVID-19.

Os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes são serviços que acolhem estas populações de acordo com determinações da justiça, sobretudo por se tratar de casos relacionados a situações de violação de direitos ou de medidas protetivas.

Por esse motivo, os adolescentes acolhidos estão sob responsabilidade do Estado, com a representação legal do Juiz da Vara da Infância e Juventude da cidade e funcionários do serviço específico. Por se tratar de uma medida excepcional, as crianças e adolescentes são encaminhadas a um serviço de acolhimento apenas em situações de grave risco a sua integridade física ou psíquica e na ausência de figuras protetivas (seja no núcleo familiar, nas famílias estendidas ou na comunidade em que a criança reside).

O CREAS, por sua vez, é uma instituição de média complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), e refere-se à uma modalidade de atendimento destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de trabalho infantil, dentre outras. As dificuldades em exercer funções de proteção fragilizam o funcionamento do grupo familiar, tornando mais vulneráveis seus vínculos sociais e afetivos, o que acarreta a necessidade do atendimento dessas famílias em serviços especializados (MOREIRA; MULLER; CRUZ, 2012).

Os critérios de inclusão das adolescentes foram: 1) estar em atendimento no CREAS ou no Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes; 2) ter um histórico de exploração sexual; 3) a vítima deveria se identificar com o gênero

feminino; 4) a equipe técnica que atendia as adolescentes deveria sinalizar que a participação na pesquisa não traria danos ou prejuízos às adolescentes; 5) as usuárias do serviço indicadas tinham que aceitar participar da pesquisa voluntariamente (bem como recebermos aceitação tácita seus responsáveis legais); 6) ter disponibilidade para participar de entrevistas presenciais.

2.2 Instrumentos

Para a coleta de dados foi empregado um roteiro de entrevista semiestruturada, tanto com as adolescentes quanto com as profissionais.

- *Entrevistas semiestruturadas com as adolescentes* (Apêndice A): Foram realizadas entrevistas individuais, a partir de um roteiro semiestruturado. Com esta técnica, foi investigada a realidade das participantes, seu cotidiano, seu envolvimento com a exploração sexual, os fatores de risco e de proteção presentes em sua vida e como as próprias adolescentes compreendiam essas situações. O roteiro de questões foi estruturado a partir de 4 temáticas, que estavam diretamente relacionadas com os objetivos específicos desta investigação: 1) descrição sociodemográfica das participantes; 2) fatores de risco associados à exploração sexual; 3) fatores de proteção que dispõem; 4) processos de resiliência oculta associadas à exploração sexual.
- *Entrevistas semiestruturadas com as profissionais* (Apêndice B): Similarmnte, foram realizadas entrevistas individuais, a partir de um roteiro semiestruturado. Com esta técnica, foi investigado realidade de adolescentes envolvidas em situação de exploração sexual e os atendimentos direcionados à esta população nos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além disso, buscou-se compreender, de forma aprofundada, a realidade e o envolvimento com a exploração sexual das adolescentes entrevistadas;

2.3 Procedimentos e realizações no período

No mês de Outubro de 2019, após a assinatura do Termo de Outorga com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para a realização da pesquisa intitulada Expressões de Resiliência Oculta em Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual, iniciou-se a busca por autorização para a coleta de dados, que constitui-se, essencialmente, na condução de entrevistas semiestruturadas.

Para que a coleta com as adolescentes pudesse ser realizadas na Casa de Acolhimento do município pré-determinado, foi necessária uma autorização judicial. O contato com o Gabinete do Juiz da Infância e Adolescência da cidade se iniciou no meio do mês de Outubro de 2019. Foram realizadas reuniões com os responsáveis e, em dezembro de 2019, a autorização foi emitida pelo Juiz da Vara da Infância e da Família. Posteriormente, toda a documentação foi encaminhada para a Secretaria de Cidadania da mesma cidade (para que a pesquisa também pudesse ser realizada no CREAS). A resposta com a aprovação da Secretaria ocorreu no mês de Janeiro de 2020.

Após serem obtidas as autorizações institucionais, toda documentação, juntamente com outros documentos necessários, foram encaminhados para o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que emitiu parecer favorável quanto à realização da pesquisa a partir do mês de Março.

No mês de Março, no entanto, se instaurou a pandemia do vírus SARS-CoV-2 e medidas de distanciamento e isolamento social foram necessárias para a não propagação do vírus. Por conta disso, em 14 de Março de 2020, a Universidade

Federal de São Carlos, por intermédio da Portaria nº 4371, suspendeu as atividades presenciais em caráter temporário. Já no dia 20 de Março de 2020, uma nova portaria (nº 4380) prorrogou a suspensão das atividades presenciais, desta vez por tempo indeterminado.

Por conta desta situação, foram buscadas alternativas para a coleta de dados da pesquisa, sem que fosse necessário colocar em risco os participantes ou os pesquisadores envolvidos. Infelizmente, notou-se que não seria possível a realização de entrevistas de forma remota, por conta da situação de vulnerabilidade das participantes (que não possuíam recursos para participar de entrevistas virtuais) e, sobretudo, por se tratar de um estudo cujo tema central é sensível e poderia evocar nas participantes conteúdos ansiogênicos.

Assim, buscou-se a possibilidade de realizar as entrevistas apenas com as adolescentes residentes da casa de acolhimento, de forma que apenas um pesquisador realizasse as entrevistas. Foram adotadas diversas medidas sanitárias para assegurar a saúde e minimizar os riscos de contaminação das pessoas envolvidas. Felizmente, no mês de Outubro de 2020, tendo o suporte e inestimável colaboração das profissionais do CREAS e da Casa de Acolhimento do município, a coleta de dados com duas adolescentes foi viabilizada. Desta forma, as entrevistas individuais com as adolescentes ocorreram nas próprias instituições, sendo estas efetuadas pelo pesquisador orientador da pesquisa².

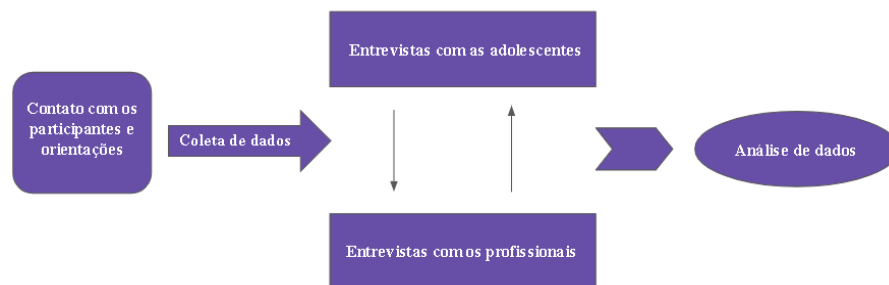
Para complementar os dados obtidos junto às adolescentes, foram realizadas, de forma virtual e pela bolsista, entrevistas com duas profissionais do SUAS que acompanhavam os casos das adolescentes entrevistadas.

² Essa medida foi necessária para que a bolsista não ficasse exposta ao risco de contaminação do Coronavírus.

2.4 Análise dos dados

Após a coleta e transcrição integral dos diálogos dos pesquisadores com as participantes (incluindo as adolescentes e as profissionais), foi realizada a análise dos dados seguindo a análise de conteúdo de Bardin (2011), que divide a análise em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A Figura 2 resume o processo adotado na análise.

Figura 2: Processo adotado na análise dos dados



Fonte: Produzido pela autora (2020).

CAPÍTULO 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ADOLESCENTES

3.1.1 Caso 1: Margarida, 18 anos (acompanhada pela Assistente Social);

A adolescente possui ensino fundamental incompleto e parou de frequentar a escola na sétima série (oitavo ano). Reside atualmente com uma amiga, em um imóvel de um dormitório. Tem dez irmãos, dos quais têm proximidade com apenas

três, duas das quais estão em situação de acolhimento. Relata ter uma relação conturbada com a mãe, que têm histórico de dependência química. Declarou possuir uma relação boa com o pai, que faleceu no ano de 2019. Foi acompanhada pela equipe do CREAS desde a infância por conta da exposição a várias situações de violência, sendo elas físicas, psicológicas, sexuais e envolvimento com o tráfico de drogas, tendo sido aliciada por sua mãe. Foi envolvida em situações de exploração sexual em mais de um momento. Inicialmente foi aliciada pela mãe para ter relações sexuais com o proprietário do imóvel em que moravam, como pagamento do aluguel. Em um segundo momento, se envolveu com homens mais velhos em troca de presentes. Relata que seus planos para o futuro são estudar para poder conseguir um emprego. Além disso, quer ter uma casa onde possa residir com seu atual namorado, irmãs e irmão e ter filhos.

3.1.2 Caso 2: Rosa, 16 anos (acompanhada pela Terapeuta Ocupacional).

Também possui o ensino fundamental incompleto. Voltou a estudar e está no momento na sétima série (oitavo ano). Reside numa instituição de Acolhimento, juntamente com duas irmãs. Evade a instituição com bastante frequência. Tem 13 irmãos, dos quais conhece seis. Relata ter uma relação difícil com a mãe, que tem histórico de dependência química e encontra-se em situação de rua. Apresenta uma relação próxima ao pai. A primeira situação de envolvimento na exploração sexual foi no início da adolescência, com 12 anos, com a “venda da virgindade” coordenada pelo pai. Por conta disso, ficou em cárcere privado em uma “biqueira” por meses, sendo achada pela polícia. Relata que a também foi exposta a exploração sexual juntamente com a mãe, que a explorava sexualmente para comprar drogas. Além disso, entre inúmeros episódios de evasão do acolhimento, conheceu um homem

mais velho a quem se refere como “tio de consideração”. Narra a relação com esse homem como de apoio, no entanto, contraditoriamente afirma não se sentir segura com ele e que eles possuem uma situação de troca. Relata que, no futuro, quer ser cabeleireira, adquirir uma casa e ter os irmãos e o pai próximos dela.

3.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas entrevistas realizadas com as participantes e, subsequentemente, por intermédio da análise de conteúdo de Bardin (2011), foram elaboradas categorias explicativas que refutaram as hipóteses iniciais elaboradas para a presente pesquisa. Para ilustrar tais constatações, os dados empíricos coletados foram contrastados com a pesquisa de Pessoa (2015). Além de ser o orientador desta investigação, o pesquisador supracitado desenvolveu no Brasil estudos empíricos acerca dos processos de resiliência oculta com adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas. Essa comparação permitirá que o leitor compreenda porque as hipóteses iniciais não se sustentaram, ou seja, os motivos que nos levaram a questionar a manifestação de processos de resiliência oculta com adolescentes que foram exploradas sexualmente.

Sumariamente, não foi evidenciado nos dados que as adolescentes extraíram da exploração sexual recursos que favoreceram o desenvolvimento. Pelo contrário, a pesquisa revelou exposição a inúmeros fatores de risco associados à exploração sexual, sendo que o recrutamento delas nessa rede exploratória intensificou a vulnerabilidade das participantes e, de certa forma, afetou a saúde mental das adolescentes.

Os dados obtidos foram divididos em quatro categorias, sendo elas: “Relacionamento com a Mãe”, “Dimensão Afetivo-Sexual e Corporeidade”, “Abuso de Substância e Dependência Química” e “Repercussões da Exploração Sexual e Vulnerabilidade Social na Saúde Mental”.

3.2.1 Relacionamento com a mãe

Nesta categoria, são apresentados excertos das falas das participantes que demonstraram a relação conturbada das adolescentes com as suas mães. Nos dois casos, tanto Margarida quanto Rosa descreveram a relação com as mães de forma muito negativa. As genitoras expuseram as adolescentes, desde crianças, a inúmeras situações de risco, como o uso e tráfico de substâncias ilícitas e praticaram diversos tipos de violência e abuso - incluindo abusos físicos, psicológicos e sexuais. Cabe salientar que as duas adolescentes relataram que as mães tiveram algum tipo de participação no aliciamento que resultou na exploração sexual. Desta forma, essas mães parecem se constituir como como fatores de risco potentes para a vida das filhas. Ambas chegaram a relatar que não desejam manter contato com as mães, pois as tentativas de estabelecimento de vínculos positivos foram malsucedidas.

Em contraste, os adolescentes que participaram da pesquisa de Pessoa (2015), relataram que o envolvimento no tráfico de drogas está associado, em alguma medida, com a possibilidade de ajudar as mães a ter uma condição melhor de vida. Além disso, ficou evidenciado que o recrutamento dos adolescentes no tráfico de drogas, diferentemente das adolescentes exploradas sexualmente, não ocorre por intermédio da mãe; ao contrário, uma das motivações dos adolescentes a saírem do tráfico é justamente por compreender o sofrimento de suas mães que sabem que os filhos estão envolvidos em atividades que os colocam em risco. A Tabela 1 revela o

contraste identificados nas pesquisas sobre resiliência oculta desenvolvidas no Brasil.

Exposição	Adolescentes	Trechos das Entrevistas
Exploração Sexual (pesquisa de Moreno & Pessoa, 2020)	Margarida	<i>Pesquisadora:</i> como é ela [a mãe]? <i>Margarida:</i> Ela é um lixo [...] A gente não se dava muito bem não, eu e ela. Ela tinha ciúmes com o namoradinho dela, e ela é um lixo. Ela sempre usou crack. A Assistente Social dava cesta pra ela. Ela vinha pegar e vendia a cesta, e a gente ficava o dia todo sem comer nada.

Tráfico de drogas (pesquisa de Pessoa, 2015)	Rosa	<p><i>Rosa:</i> Ela abandonou um filho na maternidade. O outro ela vendeu a troco de droga, dois ela vendeu a troca de drogas, o outro ela abandonou, o outro ela jogou na lixeira, e foi isso. E esse ela vai fazer a mesma coisa [...] porque ela não tem cabeça. [...] Minha mãe estava abusando muito de mim, sabe? E aí, o namorado que ela tinha, ela viu ele abusando de mim e ela não falou nada pro namorado dela, o próprio namorado.</p> <p><i>Pesquisadora:</i> Você comentou também que sua mãe te procurou no abrigo, por quê?</p> <p><i>Rosa:</i> Pra usar drogas [...] eu acabei indo</p> <p><i>Pesquisadora:</i> E como que vocês compravam essas drogas?</p> <p><i>Rosa:</i> Minha mãe se prostituía [...] ela falava que se eu não fosse ia apanhar. Eu tinha medo dela, então acabava indo. Ai isso aconteceu também.</p>
	Gustavo	<p>Então não dá pra fazer muita coisa [com o dinheiro], é só pra eu comprar uma coisa pra mim, ajudo minha mãe no que posso [...] E no futuro quero arrumar outro serviço pra mim, ajudar meu pai e minha mãe dentro de casa e me afastar dessas coisas do mal.</p>
	Cléber	<p>[Depois de detido] Aí me trouxeram pra XX (nome da cidade) pra eu ver ela e depois eu voltei. Fiquei uns 20 minutinhos só com minha mãe. Ela estava abalada. Nem falou nada. Chorava.</p>

Tabela 1

Relacionamento com as mães

Os dados apresentados nesta categoria demonstram que, para as adolescentes entrevistadas, as figuras maternas não se configuraram como fatores de proteção, pois inclusive as mesmas expuseram as participantes a situação de exploração sexual. Essa constatação é recorrente na literatura sobre esse tipo de violação de direitos das adolescentes (PEDERSEN, 2014; CERQUEIRA-SANTOS; REZENDE; CORREA, 2010). Dado o contexto de extrema vulnerabilidade das famílias

das adolescentes, sobretudo em termos da precariedade socioeconômica e cerceamento de direitos fundamentais, algumas famílias transferem às filhas a responsabilidade pelo sustento familiar (VEGA; PALUDO, 2015; FALEIROS, 2000; LIBÓRIO, 2005), que só é possível diante do envolvimento em atividades ilícitas. Cabe salientar, contudo, que as mães não devem receber toda a responsabilidade, pois também se encontram, na maior parte dos casos, em situação de vulnerabilidade, expostas a múltiplas formas de violência e não têm oportunidade de acessar serviços na área da saúde mental (LIBÓRIO; SOUSA, 2007).

Identificou-se, ainda, um processo intergeracional de vulnerabilidade e exploração. As profissionais entrevistadas relataram que as mães das adolescentes também foram exploradas sexualmente na adolescência, o que acaba implicando num processo de naturalização, falta de consciência e criticidade para compreensão dos efeitos nocivos dessa forma de violência na vida das filhas (PEDERSEN, 2014; NARVAZ, KOLLER, 2004).

Terapeuta Ocupacional: Temos uma questão cíclica, de famílias que há gerações participam de ciclos de exploração sexual. Então foi assim com todas as irmãs, com a mãe, com as tias. Tem-se, assim, a visão de que essa é a forma possível de conseguir coisas, de ter uma vida um pouco melhor, uma busca por qualidade de vida mesmo

Portanto, os achados da presente pesquisa contrastam fortemente com os dados apresentados na pesquisa de Pessoa (2015), cujos adolescentes que se envolveram no tráfico de drogas vislumbravam, nessa atividade, uma alternativa para dar suporte às suas mães, especialmente financeiro. A resiliência oculta se

manifestava, de acordo com Pessoa (2015), no fato dos adolescentes extraírem recursos materiais (por intermédio do tráfico) que os auxiliavam no suporte material às mães, que se constituíam como figuras protetivas para os adolescentes. No caso das meninas exploradas sexualmente, os recursos financeiros obtidos não eram destinados aos cuidados das famílias. Pelo contrário, as participantes relataram que suas mães as submetiam a esta situação para que pudessem adquirir substâncias psicoativas das quais eram dependentes.

Além disso, de acordo com Pessoa (2015), às mães dos adolescentes se posicionavam de forma contrária à atividade que esses filhos estavam inseridos e inúmeras vezes os aconselhavam acerca dos riscos cotidianos dessa atividade. Por outro lado, as mães das adolescentes exploradas sexualmente, em função da própria condição de vulnerabilidade, expunham as adolescentes a riscos adicionais, o que produziu nas filhas um sentimento de desamparo, raiva e inconformidade.

Portanto, os processos de resiliência oculta identificados nos adolescentes envolvidos no tráfico de drogas (PESSOA, 2015), associados à obtenção de recursos que favoreciam às mães e que geravam um sentimento de bem-estar nos meninos, não foram identificados nas adolescentes exploradas sexualmente. Além das relações das adolescentes com as mães serem conturbadas (entre outros motivos, pelo fato delas terem sido submetidas à exploração pelas próprias mães), os recursos financeiros obtidos não eram utilizados para o desenvolvimento das famílias, tampouco das próprias adolescentes. Estas diferenças, somadas aos achados das categorias subsequentes, nos fizeram refutar as hipóteses iniciais levantadas na presente investigação.

3.2.2 Dimensão Afetivo-Sexual e Corporeidade

Nesta categoria são apresentados excertos das falas que demonstraram a perspectiva das adolescentes sobre questões relativas à sexualidade, sobre o corpo propriamente dito e a relação com a exploração sexual. Quando questionadas acerca da exploração sexual, ficou evidenciado que existe uma interpretação negativa por parte das adolescentes quanto ao corpo das mulheres. De acordo com seus relatos, evidenciados na Tabela 2, a prostituição é uma forma de desvalorização e degradação do corpo da mulher. As participantes afirmaram que as meninas exploradas sexualmente não se dão valor e que deveriam procurar outras atividades para se engajarem. Surgiu, portanto, um juízo de valor em relação às adolescentes exploradas sexualmente, que são vistas como vulgares e inadequadas.

Já na pesquisa de Pessoa (2015), uma perspectiva positiva foi identificada em relação ao envolvimento dos adolescentes no tráfico e a dimensão afetivo-sexual. Por conta do envolvimento com o tráfico e, conseqüentemente, pelos ganhos financeiros obtidos, os adolescentes afirmaram que se sentiam mais desejados e que isso os auxiliava no estabelecimento de relacionamentos afetivos e sexuais, o que era interpretado por eles como algo positivo e, portanto, associados à resiliência oculta.

Exposição	Adolescentes	Trechos das Entrevistas
Exploração Sexual (pesquisa de Moreno & Pessoa, 2020)	Margarida	<i>Pesquisadora:</i> O que vocêalaria para uma menina que está nessa situação [de exploração sexual]? <i>Margarida:</i> Eu falaria pra ela sair dessa vida, arranjar um serviço e ficar bem. Ela tem que valorizar o corpo dela, vai dar o corpo pra qualquer um, e se tem alguma doença? Não gosto disso ai não, já tentaram fazer isso comigo, mas não colou não.
	Rosa	

		<i>Rosa:</i> Ele queria mexer no meu Facebook, e eu não deixei e acabei quebrando o meu celular por isso. Depois falei que tinha tudo acabado entre nós dois. Então ele começou a falar que ia se matar ou ser preso e eu fiquei muito triste e me cortei.
Tráfico de drogas (pesquisa de Pessoa, 2015)	Thiago	Com 11 anos morava com mulher já. Já era casado já, tinha biqueira, tinha casa.
	Pedro	<i>Pesquisador:</i> Você acha que é só a questão da grana [o tráfico]? Ou tem mais alguma coisa? <i>Pedro:</i> Ah, eu acho que é só por causa disso... carro bom, moto boa essas coisas... pra ter mulher.
	Bernardo	<i>Pesquisador:</i> E como você gastava a sua grana? <i>Bernardo:</i> Ah, com balada, bebida, mulher, droga, de tudo um pouco, era jovem né.

Tabela 2

Dimensão Afetivo-Sexual e Corporeidade

Os trechos analisados nesta categoria demonstraram que a percepção que as adolescentes têm sobre o corpo das meninas exploradas sexualmente é negativa, relacionando diretamente com uma desvalorização e depreciação. Assim, repetem uma visão social de que seus corpos teriam um valor, que é diminuído por ter sido usado como “moeda de troca” (PEDERSEN, 2014; CERQUEIRA-SANTOS, 2009).

Este tema se relaciona diretamente com o machismo estrutural, imposto pelo patriarcado, que, entre outras coisas, apregoa que o corpo das mulheres são objetos, passíveis de negociação, troca e descarte. Nesse sentido, se o corpo da mulher é uma mercadoria, alguém teria o poder de possuí-lo, tornando-o algo manipulável. Assim, as mulheres que não se encaixam nos padrões impostos socialmente – como é o caso daquelas que estão de alguma forma envolvidas no mercado sexual - são consideradas de menor valor (SERPA, 2009).

Essa questão também foi relatada pelas profissionais também, destacando que o sentimento de desvalorização é um padrão entre as adolescentes que foram exploradas sexualmente:

Terapeuta Ocupacional: A relação com a exploração sempre vem de um lugar de muitos traumas, de uma auto depreciação. As adolescentes encaram que o corpo que tem um valor e por esse valor que eu o vendo. Normalmente é um valor muito baixo e elas reconhecem isso. Acho que isso também acaba associando pra elas que elas valem muito pouco, então sempre de um lugar de uma autoestima muito baixa.

Ao serem exploradas sexualmente, além de desenvolverem uma visão depreciativa sobre si mesmas, as adolescentes perdem a autoridade quanto ao próprio corpo e sua sexualidade. Nas entrevistas com as profissionais, por exemplo, ficou evidenciado que as adolescentes estavam, de alguma forma, sendo controladas pelos namorados atuais, o que nos leva a pensar sobre a perpetuação da violência entre parceiros íntimos e a perda da autonomia nas relações afetivas-sexuais (SERPA, 2009).

Assistente Social: A Margarida não está mais envolvida com a exploração, por estar com um namorado. Ela parece que está tentando se relacionar de uma forma um tanto diferente, no entanto, não sabemos quanto a essa relação... se é saudável. Nós já temos informações desse rapaz. Ele tem um perfil agressivo com ela, ambos se agredem mutuamente, então não, nesse

momento talvez ela não esteja na influência dessa mãe abusiva, mas ela continua em um relacionamento que não é saudável.

Terapeuta Ocupacional: É uma relação extremamente tóxica e abusiva, ele manipula ela, é violento e tem muita influência sobre as atitudes que a Rosa toma. Ele sempre controlou muito ela. Ela pediu pra gente algumas vezes a restritiva contra o ele, mas desistia horas depois.

Mais uma vez os achados nesta categoria contrastaram com a pesquisa de Pessoa (2015), uma vez que os adolescentes entrevistados relataram ter a percepção de ganhos na questão afetiva-sexual ao estarem envolvidos com o tráfico de drogas. Para os adolescentes que participaram do estudo de Pessoa (2015), ao melhorarem sua situação financeira, conseguiam chamar a atenção das mulheres, tornando-se mais desejados e com ganhos afetivos-sexuais. Neste caso, de acordo com Pessoa (2015), o processo de resiliência oculta se manifestava pelo fato dos adolescentes extraírem algo positivo por intermédio do tráfico. Serem notados pelas meninas e se sentirem mais desejados desenvolvia uma sensação de bem-estar e poder nos meninos.

No caso das adolescentes exploradas sexualmente é exatamente o contrário. A exposição à exploração sexual produz uma desvalorização do corpo feminino e reverbera na depreciação daquelas que “se submetem” à esta situação, o que, portanto, não possibilita a manifestação de processos de resiliência oculta. Apesar de serem atividades lucrativas para os adolescentes, a exploração sexual e o tráfico de drogas são avaliados socialmente de formas distintas. Por envolver temas relativas à sexualidade, a exploração, muito mais corriqueiro no cotidiano das meninas, possui

alto desprestígio social, o que repercute no desenvolvimento de uma visão negativa das vítimas, bem como de seus corpos e sexualidades.

Além disso, outro tema intrigante e que apareceu na presente pesquisa é o fato das vítimas da exploração sexual se envolverem em relacionamentos afetivos cujos parceiros são controladores e agressivos. Levanta-se como hipótese, a partir dos achados empíricos, que o envolvimento na exploração sexual produz a perda da autonomia e liberdade sobre o próprio corpo. Nesse sentido, as adolescentes acabam se envolvendo com garotos que, de alguma forma, conseguem exercer controle sobre suas vidas. Recomenda-se que novas investigações acerca destes temas sejam desenvolvidas futuramente pela comunidade científica.

3.2.3 Abuso de Substância e Dependência Química

Nesta categoria são apresentados os dados sobre dependência química e uso abusivo de substância psicoativas, situação relatada pelas duas adolescentes e explicitada em vários trechos das entrevistas. Rosa, por exemplo, relatou o início do uso das substâncias ilícitas. A adolescente relatou que a mãe a buscava na instituição de acolhimento que residia para que pudessem consumir as drogas. Essa situação inclusive expunha Rosa à exploração sexual e sua mãe à prostituição para obtenção de recursos para aquisição das substâncias.

As adolescentes relataram utilizar as mesmas substâncias (cocaína), o que as levou a um quadro de dependência química. O uso da maconha foi citado com menos frequência, muito embora uma das adolescentes parecia ter feito uso desta substância antes da entrevista (de acordo com relato da profissional que a atende no CREAS). Além disso, foi relatado por Margarida que a motivação do uso da maconha, mesmo

após o período que passou em tratamento em uma clínica especializada, tem o objetivo de acalmá-la e ajuda-la a lidar com os desafios que se depara em sua vida. Aliás, ambas adolescentes permaneceram por um período de 6 meses em uma clínica especializada no tratamento de pessoas em situação de dependência química. Essa internação é vista de forma positiva por Rosa e Margarida, por ter sido a oportunidade que tiveram de suspender o uso abusivo da cocaína.

Os adolescentes entrevistados na pesquisa de Pessoa (2015) também relatam em suas falas o uso de substâncias psicoativas. No entanto, demonstraram que esse uso seria de forma recreativa e criticavam pessoas que utilizavam determinadas substâncias – como a cocaínas. Em suas falas, demonstraram conhecimento sobre os impactos de algumas substâncias no organismo e afirmavam não fazer uso de drogas consideradas mais pesadas e mais nocivas à saúde.

Desse modo, constatou-se, mais uma vez, uma diferença importante entre os adolescentes que participaram dos dois estudos acerca dos processos de resiliência oculta com adolescentes: os adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico, pareciam ter uma visão mais contextualizada sobre as substâncias psicoativas e pareciam ter mais controle sobre o consumo, especialmente de drogas cujo impacto na saúde física e mental são mais abrangentes; já as meninas exploradas sexualmente, relataram o uso mais persistente e dificuldades no manejo de determinadas substâncias, sobretudo a cocaína. Os relatos apresentados na Tabela 3 sintetizam os achados desta categoria.

Exposição	Adolescentes	Trechos das Entrevistas
Exploração Sexual (pesquisa de Moreno & Pessoa, 2020)	Margarida	<i>Pesquisadora:</i> Por que você foi internada? <i>Margarida:</i> Porque eu estava usando cocaína. <i>Pesquisadora:</i> E quanto tempo você ficou internada? <i>Margarida:</i> 5 meses e 10 dias. <i>Pesquisadora:</i> E como foi pra você isso? <i>Margarida:</i> Ah, foi bom, porque eu parei. Mas de vez em quando eu dou um trago em maconha, mas não é direto [...] pra distrair a minha mente um pouco. Tem dia que a minha mente tá muito perturbada, aí eu fico mal, fico pensando várias coisas [...] fumo pra não dar raiva, não fazer merda. <i>Pesquisadora:</i> O que você pensa antes de fumar maconha? Me dá um exemplo. <i>Margarida:</i> Me matar.

	Rosa	<p><i>Rosa:</i> Minha mãe começou a ir na porta do abrigo e começou a me chamar pra usar droga. Como eu era criança eu acabei indo e comecei a usar.</p> <p><i>Pesquisadora:</i> E como vocês compravam essas drogas?</p> <p><i>Rosa:</i> Minha mãe se prostituía [...] ela falava que se eu não fosse ia apanhar. Eu tinha medo dela, então acabava indo. Ai isso aconteceu também.</p> <p><i>Pesquisadora:</i> Quais drogas você usou?</p> <p><i>Rosa:</i> Cocaína e maconha</p> <p><i>Pesquisadora:</i> E usou bastante tempo?</p> <p><i>Rosa:</i> Usei, até eu ser internada.</p> <p><i>Pesquisadora:</i> Você foi internada por quanto tempo?</p> <p><i>Rosa:</i> 6 meses.</p> <p><i>Pesquisadora:</i> E como foi lá?</p> <p><i>Rosa:</i> Foi bom, me ajudou. Eu vi minhas irmãs na visita chorando, pedindo pra que quando eu saísse não usasse mais drogas, e aquilo entrou na minha cabeça [...]</p>
<p>Tráfico de drogas (pesquisa de Pessoa, 2015)</p>	Júnior	<p><i>Pesquisador:</i> Você conhece pessoas que vendiam pra poder usar?</p> <p><i>Júnior:</i> Não, nunca, porque essas pessoas que usavam, se for passar pra ele vender, ele vai usar tudo. Não tem nem como, senhor. Não tem nem como receber o dinheiro, deu tudo B.O, o dele e o seu, tudo.</p> <p><i>Pesquisador:</i> Quem vende tem que saber o quanto que usa?</p> <p><i>Júnior:</i> É lógico. Se não ele vai acabar desandando tudo numa bancada, ai depois ele morre.</p>
	Marcelo	<p><i>Pesquisador:</i> Que drogas você já usou?</p> <p><i>Marcelo:</i> Maconha, lance e bebida só. Pó não e nem crack.</p> <p><i>Pesquisador:</i> Maconha você fumava bastante?</p> <p><i>Marcelo:</i> Fumava. Nem sei, mas era bastante</p>

Tabela 3

Abuso de Substância e Dependência Química

Foi constatado, nos trechos das falas das participantes, o recorrente uso de substâncias psicoativas, antes, durante e após as situações de exploração sexual. Como descrito pela literatura, a dependência química se associa como um fator de risco para a exploração sexual, com o altos índices no uso de álcool, maconha, crack e cocaína (DUTRA-TOMÉ; CERQUEIRA-SANTOS; KOLLER, 2011). Nos casos analisados, tanto as genitoras quanto as adolescentes apresentaram indicadores de dependência das substâncias psicoativas, sendo que para uma das adolescentes o consumo era encorajado e facilitado pela mãe. Além disso, o uso abusivo pode ser

visto como um desfecho da exploração sexual, gerando a necessidade de continuar na exploração para a aquisição das substâncias (ALBERTO *et al*, 2010; SERPA, 2009).

A literatura especializada tem apontado que a exploração sexual é tão danosa às adolescentes, que recorrer a substâncias psicoativas é uma alternativa para lidar com este contexto tão adverso. A situação de dependência química repercute na incapacidade de negociação nas atividades sexuais. Paulatinamente, as adolescentes recebem cada vez menos recursos financeiros dos exploradores, perdem a capacidade de negociação para uso de preservativos e passam a utilizar os recursos obtidos na aquisição de novas porções das drogas (LIBÓRIO, 2005). Ademais, as adolescentes relataram que, mesmo após a internação para tratamento da dependência, ainda utilizam substâncias psicoativas como uma forma de lidar com os sentimentos, como baixa autoestima e vergonha, o que também está em consonância com estudos realizados com esta população no contexto brasileiro (SERPA, 2009; IPPOLITO *et al*, 2011).

Para os adolescentes entrevistados por Pessoa (2015), o uso de substâncias psicoativas não se apresentou como um problema com as mesmas dimensões identificadas na vida das adolescentes que participaram do presente estudo. De acordo com o pesquisador supracitado, os adolescentes, por mais que tenham relatado o uso de algumas substâncias psicoativas (sobretudo a maconha), descrevem um melhor conhecimento e maior controle sobre o consumo, talvez até pelo próprio envolvimento com o tráfico de drogas. Desta forma, esta pesquisa revelou que as adolescentes com histórico de envolvimento na exploração sexual necessitam de mais intervenções na área da saúde mental, pois as participantes não demonstram processos de resiliência oculta; pelo contrário, os relatos das adolescentes indicaram

que a exploração sexual intensificou o uso de substâncias psicoativas e colaborou para a instauração de um quadro de dependência química.

Assim, o contato com as substâncias ilícitas e a dependência das adolescentes se apresenta como mais um fator de risco somado à exploração sexual. Essa questão, somadas com as outras temáticas levantadas nesta pesquisa, demonstra a dificuldade das adolescentes de extraírem recursos positivos que se associam à resiliência oculta por meio da exploração sexual, o que robustece nossos argumentos de refutação das hipóteses que motivaram a condução deste estudo empírico.

3.2.4 Repercussões da Exploração Sexual na Saúde Mental

Rosa e Margarida relatam sofrimento psíquico intenso, como apresentado na Tabela 4. Em sua fala, Margarida explicita ter tentado se suicidar e como este pensamento ainda é recorrente. Como forma de lidar com o sofrimento, bem como a presença constante de pensamentos suicidas, recorre ao uso de substâncias ilícitas, mais especificamente maconha. No caso de Rosa o sofrimento psíquico é explicitado de outras maneiras. A adolescente relata ter dificuldade de controlar a raiva e, por isso, comete diversos atos de violência, contra terceiros e contra patrimônios. Rosa relatou também se sentir ansiosa e dificuldades de autocontrole, apesar de estar sendo medicada.

Além disso, Rosa narrou ter experiências de autolesão quando se depara com situações estressoras. A adolescente possui inúmeras cicatrizes em seus braços e relatou que também produz as mesmas lesões em suas pernas. A adolescente descreveu, inclusive, que o início das autolesões foram após as situações de abuso e exploração sexual que foi vítima.

Exposição	Adolescentes	Trechos das Entrevistas
<p data-bbox="272 1733 480 1895">Exploração Sexual (pesquisa de Moreno & Pessoa, 2020)</p>	<p data-bbox="587 1798 735 1832">Margarida</p>	<p data-bbox="807 1576 1428 1644"><i>Pesquisadora:</i> Por que você gosta de fumar maconha?</p> <p data-bbox="807 1650 1428 1832"><i>Margarida:</i> Porque distrai a minha mente um pouco. Tem dia que a minha mente tá muito perturbada, aí eu fico mal, fico pensando várias coisas [...] fumo pra não dar raiva, não fazer merda.</p> <p data-bbox="807 1839 1428 1906"><i>Pesquisadora:</i> O que você pensa antes de fumar maconha? Me dá um exemplo.</p> <p data-bbox="807 1912 1114 1946"><i>Margarida:</i> Me matar.</p> <p data-bbox="807 1953 1225 1986"><i>Pesquisador:</i> Você já tentou?</p> <p data-bbox="807 1993 1428 2058"><i>Margarida:</i> Já tentei. Mas não deu certo. Tentei lá na clínica.</p>

	<p><i>Pesquisadora:</i> E isso aconteceu outras vezes?</p> <p><i>Margarida:</i> Não.</p> <p><i>Pesquisador:</i> E você ainda pensa nisso?</p> <p><i>Margarida:</i> Penso bastante. Porque eu não quero mais essa vida não.</p>
Rosa	<p><i>Rosa:</i> As vezes eu perco a cabeça, não vejo nada. Os vidros da casa do meu pai são todos quebrados por isso.</p> <p><i>Pesquisadora:</i> E como você acha que isso te traz algum mal?</p> <p><i>Rosa:</i> Sim, me traz. Eu estou tomando remédio, pra quando eu tiver começando a ficar nervosa. E o outro que eu tomo é porque sou muito ansiosa, as coisas ficam na minha cabeça e não vejo a hora passar.</p> <p><i>Pesquisadora:</i> Eu vi que tem algumas marcas no seu braço.</p> <p><i>Rosa:</i> Tem bastante, são cicatrizes, tudo que eu me corto, me cortava. Que nem, quando eu terminei com ele [ex-namorado] ... eu fui e me cortei. Quando eu brigo com as minhas irmãs eu vou e me corto. Ou quando do nada eu começo a chorar e vem aquela vontade de me cortar eu vou e me corto, e nisso vai. Faço no braço e na perna [...] Comecei depois que fui abusada.</p>

Tabela 4

Repercussões da Exploração Sexual na Saúde Mental

Os dados sobre saúde mental levantam uma questão importante sobre a vivência das adolescentes, de como a exploração sexual e as situações vividas em decorrência dela foram fatores de risco na vida das adolescentes, o que já foi amplamente registrado pela literatura (ALBERTO *et al*, 2010; DUTRA-TOMÉ; CERQUEIRA-SANTOS; KOLLER, 2011).

O sofrimento psíquico e os sintomas apresentados pelas adolescentes são decorrentes da exposição a inúmeros fatores de risco, como uso de substâncias psicoativas, violência física, psicológica, sexual sofrida, e, sem dúvidas, da exploração sexual. Margarida relatou que a sua motivação para as tentativas de suicídio é em

função de não conseguir lidar com os infortúnios que a cercam. Estas situações, sem sombra de dúvidas, violam direitos fundamentais destas meninas, as privando de sua dignidade, segurança e da própria saúde física e mental (LELIS; FORTES JÚNIOR, 2016).

As adolescentes que participaram dessa pesquisa demonstraram dificuldades em lidar com os desafios que se deparam na vida, sentimento de desesperança, baixa autoestima, repertório deficiente para lidar com as emoções, ideação à suicídio, automutilação, níveis de ansiedades, entre outros aspectos que sugerem alterações no quadro de saúde mental. Sintomas, sofrimento psíquico intenso e quadros sintomatológicos também foram identificados em adolescentes com histórico de envolvimento na exploração sexual nas pesquisas de Cerqueira-Santos, Rezende e Correa (2010), Cerqueira-Santos (2009) e Serpa (2009). Assim sendo, tais achados impossibilitaram que fossem realizadas análises relativas a processos de resiliência.

Ao comparar os achados desta temática com a pesquisa de Pessoa (2015), outro contraste foi identificado. Não foram relatados pelos adolescentes envolvidos no tráfico de drogas elementos que sugerissem comprometimento psicológico em função do envolvimento do tráfico de drogas. Para os adolescentes entrevistados por Pessoa (2015), o tráfico de drogas foi, paradoxalmente, associado à promoção de resiliência oculta, ao trazer o sentimento de pertencimento, participação social, relacionamentos interpessoais significativos, entre outros. Já na pesquisa atual, a exploração sexual foi associada apenas a fatores de risco ao desenvolvimento das adolescentes, não sendo identificados situações ou variáveis que promovessem algum tipo de desenvolvimento positivo nas vítimas.

CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração sexual de crianças e adolescentes pode ser definida como uma violação fundamental dos direitos da criança e do adolescente, que apresenta uma relação de mercantilização e abuso do corpo de crianças e adolescentes, se aproveitando da relação de poder com as vítimas a partir de demarcações hierárquicas em termos econômicos, cognitivos e psicossociais. A literatura apresenta que a ocorrência da exploração sexual se estrutura nos pilares da criminalidade, vulnerabilidade socioeconômica, nas drogas, no desejo de consumo e nas falhas do poder público, se agravando devido à estrutura da sociedade.

A resiliência, enquanto uma manifestação psicológica, é descrita como a capacidade dos indivíduos lidarem com as adversidades de suas vidas e de acessar recursos para manter saúde mental e bem-estar, mesmo diante dos infortúnios da vida. A resiliência oculta, por outro lado, é compreendida como o desenvolvimento positivo de uma pessoa resultante do engajamento em uma atividade tida socialmente como inapropriada ou que coloca em risco a própria vida. A partir disso, este estudo partiu da hipótese de que a exploração sexual de adolescentes poderia, em alguma medida, se associar a processos de resiliência oculta.

Para testar esta hipótese, foram realizadas entrevistas com adolescentes vítimas de exploração sexual, acompanhadas pelo CREAS ou residentes de uma casa de acolhimento, e com profissionais que realizavam o acompanhamento psicossocial dessas meninas. Contudo, como foi amplamente debatido no capítulo anterior, os dados coletados refutaram a hipótese inicial. Sumariamente, não foi evidenciado nos dados que as adolescentes extraíram da exploração sexual recursos que favoreceram o desenvolvimento. Pelo contrário, a pesquisa revelou exposição a inúmeros fatores de risco associados à exploração sexual, sendo que o recrutamento delas nessa rede exploratória intensificou a vulnerabilidade das participantes e, de certa forma, afetou a saúde mental das adolescentes. De acordo com os principais achados desta pesquisa, o início da situação de exploração se deu quando as adolescentes estavam no final da sua infância, sendo aliciadas por terceiros, sem nenhum tipo de consentimento ou proteção das pessoas significativas para elas. Além disso, os recursos financeiros, que poderiam oferecer recurso material e algum tipo de benefício para elas próprias ou suas famílias, eram usufruídos apenas por seus aliciadores. A situação de exploração também apresentou consequências de desvalorização do próprio corpo sociedade

deformidade na auto imagem. Ademais, as adolescentes foram expostas a outros fatores de risco, como violência intra e extrafamiliar e uso abusivo de substâncias psicoativas.

Notou-se que por mais que as jovens apresentassem perspectivas de futuro positivas, persistiam inúmeros indicadores de vulnerabilidade social, os quais comprometem os indicadores de na saúde mental das adolescentes.

Apesar dos dados da pesquisa refutarem a hipótese da manifestação resiliência oculta em adolescentes vítimas de exploração sexual, vislumbra-se que pesquisas futuras podem ser desenvolvidas para investigar melhor as categorias apresentadas. Sugere-se, inclusive, que os próximos estudos aumentem o número de participantes, bem como sejam utilizados outros recursos para a coleta de dados. O uso apenas de uma técnica, como é o caso das entrevistas semiestruturadas, pode não detectar temas que são relevantes e que se associam à resiliência oculta. Recomenda-se, também, que estudos e intervenções clínicas sejam realizadas com esta população, pois os dados relativos à saúde mental foram preocupantes.

Por conta da dificuldade em acessar a população estudada (por se tratarem de adolescentes em acompanhamento por instituições do Sistema Único de Assistência Social com uma alta taxa de evasão) e por todo o contexto adverso decorrente da situação da pandemia de COVID-19, foi possível realizar apenas uma sessão de entrevista com cada adolescente. Desta forma, não foi possível criar um vínculo que tornasse viável o compartilhamento de informações tão sensíveis. As adolescentes tiveram muita dificuldade de verbalizar as próprias experiências na exploração sexual. Os pesquisadores que se debruçarem sobre tema correlatos ao dessa pesquisa devem se atentar sobre a elaboração de estratégias para fortalecimento do vínculo pesquisador x participante antes do início da coleta de dados.

Ademais, entende-se que, mesmo com limitações expostas, a presente pesquisa tornou possível uma maior compreensão sobre a temática. O maior mérito desta investigação talvez tenha sido o de aplicar um modelo teórico – resiliência oculta – sobre uma população que ainda não havia sido investigada. Sem dúvidas, diversas novas questões de pesquisa foram levantadas e poderão formatar novos projetos de pesquisa para a bolsista ou para o grupo de pesquisa a qual ela integra.

É importante salientar que a bolsista e seu orientador têm a intenção de publicar, em formato de artigo científico, este estudo. A socialização do conhecimento é importante e o compartilhamento dos achados nesta investigação podem robustecer o campo de pesquisa acerca da resiliência. Durante o VIII Simpósio Internacional Sobre a Juventude Brasileira – VIII JUBRA, foi apresentado o pôster intitulado “Desafios éticos e metodológicos da pesquisa com adolescentes com histórico de exploração sexual”. Além disso, encontra-se em fase de elaboração um capítulo de livro que tem como título provisório “Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Contexto de Crimes Virtuais: Desafios Contemporâneos para a Pesquisa e Intervenção”, que já foi aceito para compor a obra “Violência em Tela: Crimes Virtuais e Digitais contra Crianças e Adolescentes”, organizado por Alex Pessoa, Bárbara Sena e Haryadny Muniz. Assim sendo, entendemos que esta pesquisa de Iniciação Científica é apenas o começo de um campo de investigação que certamente será explorado mais acuradamente pela bolsista e seu orientador.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBERTO, M. de F. P. *et al.* Os agentes sociais da rede de proteção e atendimento no enfrentamento da exploração sexual comercial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v.25 n.1, p.130-138. 2010.

ARAÚJO, M. F. Violência e Abuso Sexual na Família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n.2, p.3-11, jul/dez 2002.

AZEVEDO, C. R. S.; AMORIN, T. R. S.; ALBERTO, M. F. P. Adolescência e Ato Infracional: Violência Institucional e Subjetividade em Foco. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, Jul/Set 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARNITZ, L. Effectively responding to the commercial sexual exploitation of children: a comprehensive approach to prevention, protection, and reintegration services. **Child Welfare**, v. 80, n.5, p 597-610, 2005.

BECKETT, H.; SCHUBOTZ, D. Young people's self-reported experiences of sexual exploitation and sexual violence: A view from Northern Ireland. **Journal of Youth Studies**, London, n. 17, p. 430-445, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. LEI Nº 8069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm

BRASIL. Levantamento aponta mapa com casos de exploração sexual contra crianças e jovens. **Blog do Planalto da Presidência da República**, Maio 2011. Retirado de <http://blog.planalto.gov.br/assunto/exploracao-sexual/>

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Departamento de Informática do SUS (DATASUS). **Informações de saúde**, 2013a. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dh?sinannet/violencia/bases/violebrnet.def>

BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Comitê Nacional - Plano Nacional. 2013b. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf

CARRILLO, D. C. Los niños como sujetos sociales: Notas sobre la antropología de la infancia. **Nueva antropol**, v. 28, n. 82, p. 125-140, México, jun. 2015.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; MORAIS, N.; MOURA, A.; KOLLER, S. Exploração Sexual de crianças e adolescentes: Uma análise comparativa entre caminhoneiros clientes e não-clientes do comércio sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.21 n.3, p. 446-454, Porto Alegre, 2008.

CERQUEIRA-SANTOS, E. **Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Indicadores de Risco, Vulnerabilidade e Proteção**. Childhood Brasil, 2009.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; REZENDE, N.; CORREA, P. Adolescentes vítimas de exploração sexual: um estudo de casos múltiplos. **Contextos Clínicos**. v.3 n.2, São Leopoldo, 2010.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; SOUSA, D. A. The role of truck drivers in the perpetration of children and adolescent sexual exploitation. **Rev. Psicol. Saúde**, v. 7, n. 2, p. 168-176, Campo Grande, Dec. 2015.

COLLETTE, A., UNGAR, M. Resilience of Individuals, Families, Communities, and Environments: Mutually Dependent Protective Processes and Complex Systems. In: **Systemic Research in Individual, Couple, and Family Therapy and Counseling**. ORCHS, M., BORCSA, M., SCHWEITZER, J.(ORGS.). Editors Springer, 2020.

CRUZ, C. **Redes de prevenção à exploração sexual de crianças no turismo: Estudo do caso de Belém – PA**. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2009.

CRUZ, E. P. Disque 100 recebe 50 casos diários de crimes sexuais contra menores: Número pode ser maior porque vítimas não denunciam. **Agência Brasil**. São Paulo, 18 de maio de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/disque-100-recebe-50-casos-diarios-de-crimes-sexuais-contra-menores#>

DESLANDES, S. F.; CAMPOS, D. S. Guardianship Councilors' views on the effectiveness of the existing network in providing full protection to children and teenagers in situations of sexual violence. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 20, n. 7, p. 2173-2182, Rio de Janeiro, July 2015 .

DUTRA-THOMÉ, L.; CERQUEIRA-SANTOS, E.; KOLLER, S. H. Exploração sexual e trabalho na adolescência: um estudo de caso. **Universitas Psychologica**. v.10 n.3, p. 881-896, Bogotá, 2011.

ECPAT. **Relatório de Monitoramento de País Sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. [S. l.], 2017.

FALEIROS, E. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Thesaurus**, Brasília, 2000.

FALEIROS, V. P. O fetiche da mercadoria na exploração sexual. In R. M. C. Libório & S. M. G. Souza (Eds.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais** (pp. 51-72). Casa do Psicólogo, Goiânia, 2004.

FLICK, U.; VON KARDORFF, E.; STEINKE, I. O que é pesquisa qualitativa? Uma introdução. **Rowohlt**, p. 13- 29. Reinbek, 2000.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Liber Livro, Brasília, 2007.

GAWRYSZEWSKI, V. P. *et al.* Maus-tratos contra a criança e o adolescente no Estado de São Paulo, 2009. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 58, n. 6, p.659-665, São Paulo, dez. 2012.

HABIGZANG, L. F; RAMOS, M. S; KOLLER, S. H. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.27 n.4, 467-473, Brasília, 2011.

HARPER, D. Talking about pictures: A case for photo elicitation. **Visual Studies**, v.17, n.1, p.13–26, Reino Unido, 2002.

IPPOLITO *et al.* Guia Escolar: Rede de proteção à infância: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. **EDUR**. Brasília, 2011.

JIMENEZ, L.; FRASSETO, F. A. Face da morte: a lei em conflito com o adolescente. **Psicologia e Sociedade**, v.27 n.2, 404-414, Belo Horizonte, 2015.

KOLLER, S. H. **Ecologia do Desenvolvimento Humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2004.

LEAL, M. A. Exploração Sexual de Meninos e Meninas na América Latina e no Caribe [Relatório Final]. **CECRIA**, 1999.

LELIS, A. G. S.; FORTES JÚNIOR, M. J. T. O GRITO DAS “CAMILAS” NÃO ECOA NA SOCIEDADE: A VISÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA MÚSICA INTERPRETADA PELA BANDA “NENHUM DE NÓS”. **Revista de Direito, Arte e Literatura**, v.2 n.1, p.1-16. Brasília, 2016.

LIBÓRIO, R. M. C.; SOUZA, S. M. G. **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2004.

LIBÓRIO, R. Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In R. Libório & S. Sousa (Orgs.), **Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil - reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. p19-50. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2004.

LIBÓRIO, R. Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.18 n.3, 413-420, Porto Alegre, 2005.

LIBÓRIO, R. M. C.; SOUSA, S.M.G. **A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais**. Casa do Psicólogo. 2a edição, Goiânia, 2007.

LIBÓRIO, R.; UNGAR, M. Resiliência oculta: a construção social do conceito e suas implicações para práticas profissionais junto a adolescentes em situação de risco. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 23, n. 3, p. 476-484, Porto Alegre, jun. 2010.

LIEBENBERG, L. The visual image as discussion point: increasing validity in boundary crossing research, **Qualitative Research**, v. 9 n. 4, p. 441 – 467, Cardiff, aug.2009.

MCELVANEY, R; GREENE, S.; HOGAN, D. Containing the secret of child sexual abuse. **Journal of Interpersonal Violence**, v.27 n.6, 1155-1175, Seattle, 2011.

MELLO, L. C. A.; FRANCISCHINI, R. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um ensaio conceitual. **Temas psicol.** v. 18, n. 1, p. 153-165, Ribeirão Preto, 2010.

MOREIRA, E. P.; MULLER, E. L.; CRUZ, L. R. Centro de referência especializado da assistência social: pesquisa-intervenção na rede de proteção à infância e adolescência. **Barbarói**, v. 36, ed. esp., p.70-82. Santa Cruz do Sul, jan./jun. 2012

NAVAZ, M.; KOLLER, S. H. FAMÍLIAs, GÊNEROs e VIOLÊNCIAS: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In: **Gênero e Violência** (ORG) STREY, M. N. ediPUCRS. 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002

PAIVA, I. L.; Souza, C.; Rodrigues, D. B. Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo. **Editora da UFRN**. Natal, 2014.

PALUDO, S.; FERREIRA, L. S.; VEGA, L. Dilemas e desafios éticos na pesquisa sobre exploração sexual. **Rev. SPAGESP**, v. 18, n. 2, p. 115-128, Ribeirão Preto, 2017.

PEDERSEN, J. R. **O corpo como mercadoria: Exploração Sexual de Adolescentes e Vulnerabilidade Social das Famílias**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Porto Alegre, 2014.

PESSOA, A. **Trajetórias negligenciadas: processos de resiliência em adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas**. 203f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

PESSOA, A. *et al.* Resilience processes within the school context of adolescents with sexual violence history. **Educ. rev.**, v. 33, Belo Horizonte, 2017.

PESSOA, A. *et al.* Resiliência Oculta na Vida de Adolescente com Envolvimento no Tráfico de Drogas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, 2018.

PFEIFFER, L.; ROSARIO, N. A.; CAT, M. N. L. Child and adolescent physical abuse: a proposal for classifying its severity. **Rev. paul. pediatr.**, v. 29, n. 4, p. 477-482, São Paulo, Dec. 2011.

PINHEIRO, D. P. N. A resiliência em discussão. **Psicol. estud.**, v. 9, n. 1, p. 67-75, Maringá, Apr. 2004.

REPPOLD, C. *et al.* Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: C. S., Hutz, (Org.), **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção** (pp. 7-51). Casa do Psicólogo, São Paulo, 2002.

RICARDO, C; BAKER, B. Men, masculinities, sexual exploitation and sexual violence: A literature review and call for action. **Promundo and MenEngage**. Rio de Janeiro, 2008.

SAPIENZA, G; PEDROMÔNICO, M. R. M. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo**, v.10 n.2, 209-216, Maringá, 2005.

SERPA, M. G. **Exploração Sexual e Prostituição: Um estudo de fatores de risco e proteção com mulheres adultas e adolescentes**. Dissertação (Instituto de Psicologia). Março, 2009.

SILVA, A. C. S.; ALBERTO, M. F. P. Commercial sexual exploitation of children and adolescents: the subjective experience of the body. **Psicol. rev.** v. 22, n. 1, p. 69-89, Belo Horizonte, May 2016.

UNGAR, M. **A naturalistic study of the relationship between the process of empowerment and mental health during adolescence**. Unpublished doctoral dissertation. Wilfrid Laurier University, Waterloo, Canada, 1995.

UNGAR, M. The social construction of resilience among “problem” youth in out-of-home placement: A study of health-enhancing deviance; **Child and Youth Care Forum**, v.30 n.3, p137-154, [S.I.] 2001.

UNGAR, M. A constructionist discourse on resilience: Multiple contexts, multiple realities among at- risk children and youth. **Youth and Society**, v.35 n.3, p.341-365, 2004.

UNGAR M. *et al.* Distinguishing differences in pathways to resilience among Canadian youth. **Canadian Journal of Community Mental Health**, v.27 n.1, p.1-13, Waterloo, 2008.

UNGAR, M; LIEBENBERG, L. Assessing resilience across cultures using mixed methods: Construction of the Child and Youth Resilience Measure. **Journal of Mixed Methods Research**, v.5 n.2, p.126-149, Waterloo, 2011.

VEGA, L.; PALUDO, S. Exploração sexual e rede de proteção na perspectiva da vítima. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.67 n.2, p.47-60, Rio de Janeiro, 2015.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Bookman, Porto Alegre, 2011.

YUNES, M. A. M; SZYMANSKY, H. Resiliência: Noção, conceitos afins e considerações críticas. In: Tavares, J. (Ed.). **Resiliência e educação** (pp. 13-42). Cortez, São Paulo, 2001.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família **Psicologia em Estudo**, v.8, p.75-84, Maringá, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (ADOLESCENTES)

Ficha de Entrevista Semiestruturada		
Dados da Entrevistada	Constituição Familiar:	
Idade:	Qual sua situação de moradia:	
Estado Civil:	Trabalhos formais e informais que já teve:	
Tem Filhos (Quantos):		
Escolaridade:		
2) Fatores de proteção que dispõem; <i>Agora quero saber das coisas, lugares ou pessoas que te ajudam quando você precisa.</i>	3) Fatores de risco associados à exploração sexual; <i>E agora as minhas perguntas vão ser relacionadas a exploração sexual (Caso a adolescente não saiba, explicar brevemente, em linguagem acessível, o que se refere).</i>	4) Processos de Resiliência oculta associadas à exploração sexual; <i>Quero saber agora o que você pensa de alguns pontos sobre a exploração sexual.</i>
<ul style="list-style-type: none"> - O que faz você se sentir bem? - Quem são as pessoas que fazem você se sentir bem? - Quais os lugares que você gosta de frequentar? - O que você gosta de fazer aos finais de semana? - Você tem amigos? Quem são eles? - O que vocês fazem juntos que é divertido? - Você frequenta ou frequentou escolas? - Como era/é pra você estudar? - Quais os teus maiores sonhos? 	<ul style="list-style-type: none"> - Você sabe o que é exploração sexual? - Soube que você já esteve envolvida em situações de exploração sexual, você pode me contar um pouco sobre isso? - Quando você começou? - Alguém te incentivou a se envolver na exploração sexual? - Como você sentia quando realizava os programas sexuais? - Por quanto tempo você esteve na exploração sexual? - Tentou parar alguma vez? (explorar os fatores que auxiliaram ou impediram para que a adolescente permanecesse na exploração sexual). 	<ul style="list-style-type: none"> - O que motiva adolescentes a realizar programas sexuais? - Quais os benefícios você acredita que as pessoas/adolescentes encontram na exploração sexual? - Quais situações você considera positiva quando adolescentes se envolvem na exploração sexual?

Fonte: Produzido pela autora.

1) Dados das entrevistadas:

- Nome, Idade, Profissão, Quanto tempo atua na instituição.

2) Sobre as situações de exploração sexual:

- Você pode me descrever sobre o que é o seu trabalho? O que você faz? Que tipo de atendimento realiza?
 - O que você entende / qual sua compreensão sobre exploração sexual? [Caso o entrevistado não apresente um conceito adequado, explicar a diferença entre abuso e exploração, por exemplo]
 - Qual é a sua experiência no atendimento de adolescentes em situação de exploração sexual?
 - Porque você que as adolescentes são exploradas sexualmente?
 - Em média, quantos anos tinham as adolescentes que você atende quando foram exploradas sexualmente?
 - Com as adolescentes que você atuou, alguém as incentivou a se envolverem em situações de exploração sexual?
 - Que situações levaram essas jovens a se envolverem na exploração sexual?
 - Como essas adolescentes relatam que se sentiam quando estavam nessa situação pra você?
 - Por cerca de quanto tempo elas foram exploradas sexualmente?
 - O que leva adolescentes a saírem da situação de exploração sexual?
 - Quais são as dificuldades para que as adolescentes saiam da situação de exploração sexual?
 - Quais dificuldades essas adolescentes mais relatam quando são atendidas por vocês?
 - Essas adolescentes têm algum tipo de dificuldade de falar sobre a situação de exploração sexual para os profissionais? Por quais motivos?
- 3) Sobre as adolescentes entrevistadas:
- Descreva a situação de exploração sexual que as adolescentes que entrevistadas estiveram expostas

APÊNDICE C - AUTORIZAÇÃO JUDICIAL



LAPREV
Laboratório de Análise e Prevenção da Violência
Universidade Federal de São Carlos
Departamento de Psicologia
Caixa Postal 676 - 13.565-90 - São Carlos — SP Fone: (16) 3351-8745 -
Fax: (16) 3351-8357 www.ufscar.br/laprev



LAPREV

São Carlos, 06 de dezembro de 2019

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA NA
CASA DE ACOLHIMENTO CLÁUDIA PICCHI PORTO

Vossa Excelência Dr. Cláudio do Prado Amaral,

*Autorizo, seguindo o processo
como ofício. S. Carlos, 06/12/19*

CLÁUDIO DO PRADO AMARAL
Juiz de Direito

Eu, Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa, orientador da estudante
Carolina Serrati Moreno, da Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar), solicito autorização para a realização da pesquisa intitulada "Expressões de Resiliência Oculta em Adolescentes
Vítimas de Exploração Sexual" na Casa de Acolhimento Cláudia Picchi Porto.

A pesquisa está sendo desenvolvida como parte do trabalho de Iniciação Científica da estudante. O projeto ocorre no Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV) e conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP (Proc. n.º 2019/15248-4). O objetivo da pesquisa é avaliar os fatores de risco que estão associados à exploração sexual e os fatores de proteção que favorecem os processos de resiliência em jovens que vítimas dessa situação. Espera-se que este trabalho possa contribuir para que as jovens reavaliem as situações vividas até o momento e ressignifiquem aquelas relacionadas a exploração sexual. Além disso, esperase que essa pesquisa as auxilie a identificar de maneira mais clara sua rede de apoio, ampliando fatores de proteção já existentes.

As participantes recrutadas serão adolescentes do gênero feminino. A participação é voluntária e consistirá em encontros com a pesquisadora na própria Casa de Acolhimento onde serão realizadas as atividades referentes à pesquisa. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas e entrevistas reflexivas com as participantes. Todos os dados produzidos durante as coletas de dados serão armazenados em equipamento particular da pesquisadora e orientador, sendo descartado após cinco anos. Cabe salientar que os nomes e as imagens das participantes não serão divulgados em hipótese alguma e serão tomados os devidos cuidados para que as mesmas não sejam identificadas. Assim sendo, nos relatórios e futuras publicações serão empregados nomes fictícios. Todos os procedimentos adotados nesta investigação estão alinhados com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que versa, especificamente, sobre a condução de pesquisas em ciências humanas e sociais.

Solicita-se a coleta de dados na casa de acolhimento supracitada, entre os meses de janeiro a agosto de 2020 (podendo ser encerrada antes caso os objetivos sejam atingidos). A data e horário para a coleta serão agendadas de acordo com a disponibilidade da equipe para ser utilizado o espaço, de maneira a não comprometer as atividades que ocorrem na unidade, bem como será sempre respeitado o interesse da própria adolescente.

Apresentamos, anexado a este processo, o projeto de pesquisa na íntegra. Neste documento todos os detalhes da investigação são apresentados, bem como são esclarecidos os cuidados éticos e as implicações legais aos pesquisadores no recrutamento das participantes para a presente investigação.

Desde já agradeço e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa
Departamento de Psicologia — DPsi
Programa de Pós-Graduação em Psicologia — PPGPsi
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar